Notícias do dia 26 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 7

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
No papel - GIRO 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana
. 4

ATRICON - NOTÍCIAS
TCE - GO
Desafios e Avanços das Políticas para as Mulheres: um debate para refletir sobre direitos e erradicação da violência
. 7

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana
. 8

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco sessões realizadas durante a semana
. 11

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana
. 14

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco sessões realizadas durante a semana
. 17

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Governo Caiado assina acordo para pagar aos municípios dívidas das gestões do PSDB
. 20

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Coluna Giro - GIRO 21

No papel - GIRO

Caio Henrique Salgado

As secretarias de Economia e da Saúde assinaram Termo de Ajustamento de Gestão com o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) para formalizar o pagamento de R$ 138,68 milhões aos municípios. Trata-se de repasses da saúde não realizados pela gestão anterior.

Em 12 vezes

O TAG contou com a anuência das entidades que representam os municípios em **Goiás** (AGM e FGM). O documento prevê o pagamento de 12 parcelas de R$ 11,5 milhões.

Site: https://opopular.com.br/digital/26-novembro-2021/1o-caderno

Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias regulares e duas reuniões extraordinárias realizadas. Nos cinco encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 74 deliberações foram realizadas.

As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pela Mesa Diretora da Casa. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 26 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 13 são iniciativas parlamentares, um originário do TJ-GO, um da Mesa Diretora da **Alego**, e 11 oriundos da Governadoria.

Projetos do Poder Executivo aprovados em definitivo

No rol dos projetos de lei assinados pelo governador e que seguiram para sanção, está o de nº 8604/21 que trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da rede estadual de Educação. De acordo com a proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais. O valor estipulado deverá chegar a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

O Plenário aprovou durante a semana, também em segunda votação, uma medida que altera a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. De acordo com o texto do projeto de nº 8605/21 , a Lei nº 21.072, de 2021, criou a Bolsa Qualificação na Secretaria da Retomada (SER) para fomentar a qualificação da mão de obra das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participarem de cursos profissionalizantes ofertados pelos Colégios Tecnológicos do Estado de **Goiás** (Cotecs).

Ocorre que a SER tem firmado parcerias com instituições privadas e do terceiro setor, que tenham no seu escopo de atuação, o oferecimento gratuito de qualificação e capacitação. Desse modo, as oportunidades ofertadas às pessoas em situação de vulnerabilidade não se limitam aos cursos promovidos pelos Cotecs. Por isso, a proposta busca estender o benefício àqueles que estejam matriculados em cursos oferecidos por entidades parceiras da SER.

Em votação única, também recebeu aval dos parlamentares o projeto de nº 8608/21 . A matéria trata de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações com medicamentos destinados a tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Também em votação única, foi votado o projeto de nº 7578/21 , do Poder Executivo, que indica os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho como potenciais titular e suplente, do Conselho Estadual de Educação. Ambos deverão compor o colegiado para mandato de quatro anos, a partir da data da posse, representando a Secretaria de Estado da Educação. Segundo o projeto, os indicados possuem experiência na educação básica do magistério público estadual.

Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram também no decorrer da semana, em definitivo, o projeto de lei nº 8564/21 , oriundo do TJ-GO, que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, a Lei Estadual nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, a Lei Estadual nº 20.033, de 6 de abril de 2018, e a Lei Estadual n° 20.971, de 10 de março de 2021.

Na matéria, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, frisa que o projeto foi idealizado visando resolver a nomenclatura do cargo de assistente administrativo de juiz de 1° grau - DAE-3, pois, na realidade, o ocupante daquele cargo é um assistente de juiz que minuta despachos, decisões e

sentenças, nada tendo mais de exercício de funções administrativas, passando a ter a denominação de assessor de juiz de Direito. O atual cargo de assistente de juiz de Direito - DAE-5, por sua vez, passa a ter a nomenclatura de assessor de juiz II.

Regimento Interno da **Alego**

Em definitivo, destaque para a aprovação do projeto de resolução nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

Atualmente, esse formato já é utilizado pelo Parlamento goiano devido à pandemia do novo coronavírus, e o projeto agora abre prerrogativa para que, após a pandemia, as sessões possam ser convocadas seguindo o modelo híbrido, quando necessário.

Demais matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 4571/19 - Amauri Ribeiro (Patriota) - Torna obrigatória a inclusão do leite no cardápio da alimentação escolar da rede estadual de Educação de **Goiás**.

Processo nº 5916/21 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Regularização Fundiária Urbana.

Processo nº 4493/21 - Francisco Oliveira (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Família de Morrinhos (ICF).

Processo nº 6062/21 - Coronel Adailton (Progressistas) e outros - Concede Título de Cidadania Goiana ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Processo nº 2967/20 - Helio de Sousa (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Paroquial Nossa Senhora da Penha, de Jaraguá.

Processo nº 7270/21 - Governadoria - Representação do estado de **Goiás** no Plano **Goiás** Seguro.

Processo nº 8280/21 - Governadoria - Alinha os critérios de atualização das multas administrativas da autarquia e uniformizar as regras de recebimento dos créditos da Fazenda Pública conforme o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO).

Processo nº 4490/21 - Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Cria auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

Processo nº 4632/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Institui o dia 18 de junho como Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Processo nº 8607/21 - Governadoria - Altera nomenclatura de Gerência pertencente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

Processo nº 5702/19 - Amilton Filho (Solidariedade) - Cria, em **Goiás**, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Processo nº 5123/19 - Wilde Cambão (PSD) - Torna obrigatória a apresentação de um plano de uso da água em **Goiás**.

Processo nº 7779/21 - Lissauer Vieira (PSB) - Altera a Lei n° 16.671/2009, que versa sobre a concessão de incentivo fiscal destinado à implantação ou ampliação de empreendimento industrial de veículo automotor em **Goiás**.

Processo nº 5466/21 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Atlética Neurologia Ativa, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 6495/21 - Tião Caroço (DEM) - Altera a Lei n. 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que versa sobre a pesca, agricultura e proteção da fauna aquática.

Processo nº 1017/19 - Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Apensados: nº 1001/20 (Tião Caroço - DEM), nº 6921/21 (Bruno Peixoto - MDB) e nº 7118/21 (Delegado Eduardo Prado - DC) - Institui a Política de Divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e divulgar a Lei Federal nº 11.340/2006.

Processo nº 8118/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que versa sobre a adesão do estado de **Goiás** aos benefícios fiscais previstos na legislação do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

Processo nº 8734/21 - Governadoria - Convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Processo nº 8736/21 - Governadoria - Autoriza o chefe do Poder Executivo a alienar, mediante doação

onerosa, o imóvel que especifica ao Centro de Cidadania Negra do Estado de **Goiás** (Ceneg-**Goiás**).

Processo nº 8839/21 - Governadoria - Assegura aposentadoria integral aos policiais civis do estado por meio de alteração no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de **Goiás**.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 26 de iniciativa parlamentar, um assinado pelo governador Ronaldo Caiado e um oriundo do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um pedido de licença parlamentar, um projeto de lei complementar e um veto integral assinados pelo governador, um relatório e dois comunicados gerais, totalizando 34 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a última sessão deliberativa do mês de novembro na terça-feira, 30. Na Ordem do Dia constam 85 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), e do TCM-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação, e 21 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e, em definitivo, um projeto de lei encaminhado pelo TCM-GO.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 30, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/121851/parlamentares-deliberaram-74-processos-legislativos-em-cinco-reunioes-realizadas-durante-a-semana

Desafios e Avanços das Políticas para as Mulheres: um debate para refletir sobre direitos e erradicação da violência

Atricon, TCU, TCMSP e CNPTC se uniram para promover uma reflexão acerca do que já foi feito e do que ainda urge fazer em prol da erradicação da violência contra a mulher. O Encontro "Desafios e Avanços das Políticas para as Mulheres contou com a participação de diversas autoridades, dentre elas a ministra presidente do TCU, Ana Arraes; os conselheiros João Antonio e Joaquim de Castro, respectivos presidentes do TCMSP e do CNPTC; e, representando a Atricon, a vice-presidente de Relações Jurídico-Institucionais, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho (**TCE-GO**), que falou em nome da entidade sobre a importância da ação do Controle Externo, para assegurar direitos e avanços em políticas públicas para as mulheres.

Citando Cora Coralina, que lutou pela independência feminina e que é sinônimo de superação, Heloísa Helena disse que é preciso conclamar governos, instituições e a sociedade para que o Brasil supere o triste índice de violência de gênero e para que o país oferte suficientes de oportunidades para as mulheres".

O evento, realizado no dia 25/11, quando ocorreram mobilizações pelo Dia Internacional de Luta contra a Violência à Mulher , pode ser visto no vídeo a seguir:

Site: https://atricon.org.br/encontro-desafios-e-avancos-das-politicas-para-as-mulheres/

Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias regulares e duas reuniões extraordinárias realizadas. Nos cinco encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 74 deliberações foram realizadas.

As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pela Mesa Diretora da Casa. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 26 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 13 são iniciativas parlamentares, um originário do TJ-GO, um da Mesa Diretora da **Alego**, e 11 oriundos da Governadoria.

Projetos do Poder Executivo aprovados em definitivo

No rol dos projetos de lei assinados pelo governador e que seguiram para sanção, está o de nº 8604/21 que trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da rede estadual de Educação. De acordo com a proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais. O valor estipulado deverá chegar a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

O Plenário aprovou durante a semana, também em segunda votação, uma medida que altera a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. De acordo com o texto do projeto de nº 8605/21 , a Lei nº 21.072, de 2021, criou a Bolsa Qualificação na Secretaria da Retomada (SER) para fomentar a qualificação da mão de obra das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participarem de cursos profissionalizantes ofertados pelos Colégios Tecnológicos do Estado de **Goiás** (Cotecs).

Ocorre que a SER tem firmado parcerias com instituições privadas e do terceiro setor, que tenham no seu escopo de atuação, o oferecimento gratuito de qualificação e capacitação. Desse modo, as oportunidades ofertadas às pessoas em situação de vulnerabilidade não se limitam aos cursos promovidos pelos Cotecs. Por isso, a proposta busca estender o benefício àqueles que estejam matriculados em cursos oferecidos por entidades parceiras da SER.

Em votação única, também recebeu aval dos parlamentares o projeto de nº 8608/21 . A matéria trata de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações com medicamentos destinados a tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Também em votação única, foi votado o projeto de nº 7578/21 , do Poder Executivo, que indica os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho como potenciais titular e suplente, do Conselho Estadual de Educação. Ambos deverão compor o colegiado para mandato de quatro anos, a partir da data da posse, representando a Secretaria de Estado da Educação. Segundo o projeto, os indicados possuem experiência na educação básica do magistério público estadual.

Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram também no decorrer da semana, em definitivo, o projeto de lei nº 8564/21 , oriundo do TJ-GO, que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, a Lei Estadual nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, a Lei Estadual nº 20.033, de 6 de abril de 2018, e a Lei Estadual n° 20.971, de 10 de março de 2021.

Na matéria, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, frisa que o projeto foi idealizado visando resolver a nomenclatura do cargo de assistente administrativo de juiz de 1° grau - DAE-3, pois, na realidade, o ocupante daquele cargo é um assistente de juiz que minuta despachos, decisões e

sentenças, nada tendo mais de exercício de funções administrativas, passando a ter a denominação de assessor de juiz de Direito. O atual cargo de assistente de juiz de Direito - DAE-5, por sua vez, passa a ter a nomenclatura de assessor de juiz II.

Regimento Interno da **Alego**

Em definitivo, destaque para a aprovação do projeto de resolução nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

Atualmente, esse formato já é utilizado pelo Parlamento goiano devido à pandemia do novo coronavírus, e o projeto agora abre prerrogativa para que, após a pandemia, as sessões possam ser convocadas seguindo o modelo híbrido, quando necessário.

Demais matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 4571/19 - Amauri Ribeiro (Patriota) - Torna obrigatória a inclusão do leite no cardápio da alimentação escolar da rede estadual de Educação de **Goiás**.

Processo nº 5916/21 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Regularização Fundiária Urbana.

Processo nº 4493/21 - Francisco Oliveira (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Família de Morrinhos (ICF).

Processo nº 6062/21 - Coronel Adailton (Progressistas) e outros - Concede Título de Cidadania Goiana ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Processo nº 2967/20 - Helio de Sousa (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Paroquial Nossa Senhora da Penha, de Jaraguá.

Processo nº 7270/21 - Governadoria - Representação do estado de **Goiás** no Plano **Goiás** Seguro.

Processo nº 8280/21 - Governadoria - Alinha os critérios de atualização das multas administrativas da autarquia e uniformizar as regras de recebimento dos créditos da Fazenda Pública conforme o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO).

Processo nº 4490/21 - Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Cria auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

Processo nº 4632/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Institui o dia 18 de junho como Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Processo nº 8607/21 - Governadoria - Altera nomenclatura de Gerência pertencente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

Processo nº 5702/19 - Amilton Filho (Solidariedade) - Cria, em **Goiás**, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Processo nº 5123/19 - Wilde Cambão (PSD) - Torna obrigatória a apresentação de um plano de uso da água em **Goiás**.

Processo nº 7779/21 - Lissauer Vieira (PSB) - Altera a Lei n° 16.671/2009, que versa sobre a concessão de incentivo fiscal destinado à implantação ou ampliação de empreendimento industrial de veículo automotor em **Goiás**.

Processo nº 5466/21 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Atlética Neurologia Ativa, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 6495/21 - Tião Caroço (DEM) - Altera a Lei n. 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que versa sobre a pesca, agricultura e proteção da fauna aquática.

Processo nº 1017/19 - Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Apensados: nº 1001/20 (Tião Caroço - DEM), nº 6921/21 (Bruno Peixoto - MDB) e nº 7118/21 (Delegado Eduardo Prado - DC) - Institui a "Política de Divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas" visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e divulgar a Lei Federal nº 11.340/2006.

Processo nº 8118/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que versa sobre a adesão do estado de **Goiás** aos benefícios fiscais previstos na legislação do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

Processo nº 8734/21 - Governadoria - Convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Processo nº 8736/21 - Governadoria - Autoriza o chefe do Poder Executivo a alienar, mediante doação

onerosa, o imóvel que especifica ao Centro de Cidadania Negra do Estado de **Goiás** (Ceneg-**Goiás**).

Processo nº 8839/21 - Governadoria - Assegura aposentadoria integral aos policiais civis do estado por meio de alteração no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de **Goiás**.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 26 de iniciativa parlamentar, um assinado pelo governador Ronaldo Caiado e um oriundo do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um pedido de licença parlamentar, um projeto de lei complementar e um veto integral assinados pelo governador, um relatório e dois comunicados gerais, totalizando 34 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a última sessão deliberativa do mês de novembro na terça-feira, 30. Na Ordem do Dia constam 85 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), e do TCM-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação, e 21 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e, em definitivo, um projeto de lei encaminhado pelo TCM-GO.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 30, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/parlamentares-deliberaram-74-processos-legislativos-em-cinco-reunioes-realizadas-durante-a-semana/

Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco sessões realizadas durante a semana

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias regulares e duas extraordinárias realizadas. Nos cinco encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 74 deliberações foram realizadas.

As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pela Mesa Diretora da Casa. As sessões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 26 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 13 são iniciativas parlamentares, um originário do TJ-GO, um da Mesa Diretora da **Alego**, e 11 oriundos da Governadoria.

Projetos do Poder Executivo aprovados em definitivo

No rol dos projetos de lei assinados pelo governador e que seguiram para a sanção, está o de nº 8604/21 que trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da rede estadual de Educação. De acordo com a proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais. O valor estipulado deverá chegar a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

O Plenário aprovou durante a semana, também em segunda votação, uma medida que altera a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. De acordo com o texto do projeto de nº 8605/21 , a Lei nº 21.072, de 2021, criou a Bolsa Qualificação na Secretaria da Retomada (SER) para fomentar a qualificação da mão de obra das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participarem de cursos profissionalizantes ofertados pelos Colégios Tecnológicos do Estado de **Goiás** (Cotecs).

Ocorre que a SER tem firmado parcerias com instituições privadas e do terceiro setor, que tenham no seu escopo de atuação, o oferecimento gratuito de qualificação e capacitação. Desse modo, as oportunidades ofertadas às pessoas em situação de vulnerabilidade não se limitam aos cursos promovidos pelos Cotecs. Por isso, a proposta busca estender o benefício àqueles que estejam matriculados em cursos oferecidos por entidades parceiras da SER.

Em votação única, também recebeu aval dos parlamentares o projeto de nº 8608/21 . A matéria trata de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações com medicamentos destinados ao tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Também em votação única, foi votado o projeto de nº 7578/21 , do Poder Executivo, que indica os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho como potenciais titular e suplente, do Conselho Estadual de Educação. Ambos deverão compor o colegiado para mandato de quatro anos, a partir da data da posse, representando a Secretaria de Estado da Educação. Segundo o projeto, os indicados possuem experiência na educação básica do magistério público estadual.

Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram também no decorrer da semana, em definitivo, o projeto de lei nº 8564/21 , oriundo do TJ-GO, que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, a Lei Estadual nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, a Lei Estadual nº 20.033, de 6 de abril de 2018, e a Lei Estadual n° 20.971, de 10 de março de 2021.

Na matéria, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, frisa que o projeto foi idealizado visando resolver a nomenclatura do cargo de assistente administrativo de juiz de 1° grau - DAE-3, pois, na realidade, o ocupante daquele cargo é um

assistente de juiz que minuta despachos, decisões e sentenças, nada tendo mais de exercício de funções administrativas, passando a ter a denominação de assessor de juiz de Direito. O atual cargo de assistente de juiz de Direito - DAE-5, por sua vez, passa a ter a nomenclatura de assessor de juiz II.

Regimento Interno da **Alego**

Em definitivo, destaque para a aprovação do projeto de resolução nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

Atualmente, esse formato já é utilizado pelo Parlamento goiano devido à pandemia do novo coronavírus, e o projeto agora abre prerrogativa para que, após a pandemia, as sessões possam ser convocadas seguindo o modelo híbrido, quando necessário.

Demais matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 4571/19 - Amauri Ribeiro (Patriota) - Torna obrigatória a inclusão do leite no cardápio da alimentação escolar da rede estadual de Educação de **Goiás**.

Processo nº 5916/21 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Regularização Fundiária Urbana.

Processo nº 4493/21 - Francisco Oliveira (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Família de Morrinhos (ICF).

Processo nº 6062/21 - Coronel Adailton (Progressistas) e outros - Concede Título de Cidadania Goiana ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Processo nº 2967/20 - Helio de Sousa (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Paroquial Nossa Senhora da Penha, de Jaraguá.

Processo nº 7270/21 - Governadoria - Representação do estado de **Goiás** no Plano **Goiás** Seguro.

Processo nº 8280/21 - Governadoria - Alinha os critérios de atualização das multas administrativas da autarquia e uniformiza as regras de recebimento dos créditos da Fazenda Pública conforme o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO).

Processo nº 4490/21 - Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Cria auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

Processo nº 4632/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Institui o dia 18 de junho como Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Processo nº 8607/21 - Governadoria - Altera nomenclatura de Gerência pertencente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

Processo nº 5702/19 - Amilton Filho (Solidariedade) - Cria, em **Goiás**, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Processo nº 5123/19 - Wilde Cambão (PSD) - Torna obrigatória a apresentação de um plano de uso da água em **Goiás**.

Processo nº 7779/21 - Lissauer Vieira (PSB) - Altera a Lei n° 16.671/2009, que versa sobre a concessão de incentivo fiscal destinado à implantação ou ampliação de empreendimento industrial de veículo automotor em **Goiás**.

Processo nº 5466/21 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Atlética Neurologia Ativa, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 6495/21 - Tião Caroço (DEM) - Altera a Lei n. 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que versa sobre a pesca, agricultura e proteção da fauna aquática.

Processo nº 1017/19 - Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Apensados: nº 1001/20 (Tião Caroço - DEM), nº 6921/21 (Bruno Peixoto - MDB) e nº 7118/21 (Delegado Eduardo Prado - DC) - Institui a "Política de Divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas" visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e divulgar a Lei Federal nº 11.340/2006.

Processo nº 8118/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que versa sobre a adesão do estado de **Goiás** aos benefícios fiscais previstos na legislação do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

Processo nº 8734/21 - Governadoria - Convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Processo nº 8736/21 - Governadoria - Autoriza o chefe

do Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa, o imóvel que especifica ao Centro de Cidadania Negra do Estado de **Goiás** (Ceneg-**Goiás**).

Processo nº 8839/21 - Governadoria - Assegura aposentadoria integral aos policiais civis do estado por meio de alteração no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de **Goiás**.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 26 de iniciativa parlamentar, um assinado pelo governador Ronaldo Caiado e um oriundo do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um pedido de licença parlamentar, um projeto de lei complementar e um veto integral assinados pelo governador, um relatório e dois comunicados gerais, totalizando 34 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a última sessão deliberativa do mês de novembro na terça-feira, 30. Na Ordem do Dia constam 85 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), e do TCM-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação, e 21 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e, em definitivo, um projeto de lei encaminhado pelo TCM-GO.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 30, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/parlamentares-deliberaram-74-processos-legislativos-em-cinco-sessoes-realizadas-durante-a-semana/

Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco reuniões realizadas durante a semana

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias regulares e duas reuniões extraordinárias realizadas. Nos cinco encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 74 deliberações foram realizadas.

As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pela Mesa Diretora da Casa. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 26 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 13 são iniciativas parlamentares, um originário do TJ-GO, um da Mesa Diretora da **Alego**, e 11 oriundos da Governadoria.

Projetos do Poder Executivo aprovados em definitivo

No rol dos projetos de lei assinados pelo governador e que seguiram para sanção, está o de nº 8604/21 que trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da rede estadual de Educação. De acordo com a proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais. O valor estipulado deverá chegar a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

O Plenário aprovou durante a semana, também em segunda votação, uma medida que altera a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. De acordo com o texto do projeto de nº 8605/21 , a Lei nº 21.072, de 2021, criou a Bolsa Qualificação na Secretaria da Retomada (SER) para fomentar a qualificação da mão de obra das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participarem de cursos profissionalizantes ofertados pelos Colégios Tecnológicos do Estado de **Goiás** (Cotecs).

Ocorre que a SER tem firmado parcerias com instituições privadas e do terceiro setor, que tenham no seu escopo de atuação, o oferecimento gratuito de qualificação e capacitação. Desse modo, as oportunidades ofertadas às pessoas em situação de vulnerabilidade não se limitam aos cursos promovidos pelos Cotecs. Por isso, a proposta busca estender o benefício àqueles que estejam matriculados em cursos oferecidos por entidades parceiras da SER.

Em votação única, também recebeu aval dos parlamentares o projeto de nº 8608/21 . A matéria trata de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações com medicamentos destinados a tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Também em votação única, foi votado o projeto de nº 7578/21 , do Poder Executivo, que indica os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho como potenciais titular e suplente, do Conselho Estadual de Educação. Ambos deverão compor o colegiado para mandato de quatro anos, a partir da data da posse, representando a Secretaria de Estado da Educação. Segundo o projeto, os indicados possuem experiência na educação básica do magistério público estadual.

Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram também no decorrer da semana, em definitivo, o projeto de lei nº 8564/21 , oriundo do TJ-GO, que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, a Lei Estadual nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, a Lei Estadual nº 20.033, de 6 de abril de 2018, e a Lei Estadual n° 20.971, de 10 de março de 2021.

Na matéria, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, frisa que o projeto foi idealizado visando resolver a nomenclatura do cargo de assistente administrativo de juiz de 1° grau - DAE-3,

pois, na realidade, o ocupante daquele cargo é um assistente de juiz que minuta despachos, decisões e sentenças, nada tendo mais de exercício de funções administrativas, passando a ter a denominação de assessor de juiz de Direito. O atual cargo de assistente de juiz de Direito - DAE-5, por sua vez, passa a ter a nomenclatura de assessor de juiz II.

Regimento Interno da **Alego**

Em definitivo, destaque para a aprovação do projeto de resolução nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

Atualmente, esse formato já é utilizado pelo Parlamento goiano devido à pandemia do novo coronavírus, e o projeto agora abre prerrogativa para que, após a pandemia, as sessões possam ser convocadas seguindo o modelo híbrido, quando necessário.

Demais matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 4571/19 - Amauri Ribeiro (Patriota) - Torna obrigatória a inclusão do leite no cardápio da alimentação escolar da rede estadual de Educação de **Goiás**.

Processo nº 5916/21 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Regularização Fundiária Urbana.

Processo nº 4493/21 - Francisco Oliveira (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Família de Morrinhos (ICF).

Processo nº 6062/21 - Coronel Adailton (Progressistas) e outros - Concede Título de Cidadania Goiana ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Processo nº 2967/20 - Helio de Sousa (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Paroquial Nossa Senhora da Penha, de Jaraguá.

Processo nº 7270/21 - Governadoria - Representação do estado de **Goiás** no Plano **Goiás** Seguro.

Processo nº 8280/21 - Governadoria - Alinha os critérios de atualização das multas administrativas da autarquia e uniformizar as regras de recebimento dos créditos da Fazenda Pública conforme o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO).

Processo nº 4490/21 - Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Cria auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

Processo nº 4632/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Institui o dia 18 de junho como Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Processo nº 8607/21 - Governadoria - Altera nomenclatura de Gerência pertencente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

Processo nº 5702/19 - Amilton Filho (Solidariedade) - Cria, em **Goiás**, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Processo nº 5123/19 - Wilde Cambão (PSD) - Torna obrigatória a apresentação de um plano de uso da água em **Goiás**.

Processo nº 7779/21 - Lissauer Vieira (PSB) - Altera a Lei n° 16.671/2009, que versa sobre a concessão de incentivo fiscal destinado à implantação ou ampliação de empreendimento industrial de veículo automotor em **Goiás**.

Processo nº 5466/21 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Atlética Neurologia Ativa, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 6495/21 - Tião Caroço (DEM) - Altera a Lei n. 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que versa sobre a pesca, agricultura e proteção da fauna aquática.

Processo nº 1017/19 - Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Apensados: nº 1001/20 (Tião Caroço - DEM), nº 6921/21 (Bruno Peixoto - MDB) e nº 7118/21 (Delegado Eduardo Prado - DC) - Institui a "Política de Divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas" visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e divulgar a Lei Federal nº 11.340/2006.

Processo nº 8118/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que versa sobre a adesão do estado de **Goiás** aos benefícios fiscais previstos na legislação do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

Processo nº 8734/21 - Governadoria - Convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Processo nº 8736/21 - Governadoria - Autoriza o chefe do Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa, o imóvel que especifica ao Centro de Cidadania Negra do Estado de **Goiás** (Ceneg-**Goiás**).

Processo nº 8839/21 - Governadoria - Assegura aposentadoria integral aos policiais civis do estado por meio de alteração no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de **Goiás**.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 26 de iniciativa parlamentar, um assinado pelo governador Ronaldo Caiado e um oriundo do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um pedido de licença parlamentar, um projeto de lei complementar e um veto integral assinados pelo governador, um relatório e dois comunicados gerais, totalizando 34 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a última sessão deliberativa do mês de novembro na terça-feira, 30. Na Ordem do Dia constam 85 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), e do TCM-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação, e 21 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e, em definitivo, um projeto de lei encaminhado pelo TCM-GO.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 30, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/parlamentares-deliberaram-74-processos-legislativos-em-cinco-reunioes-realizadas-durante-a-semana/

Parlamentares deliberaram 74 processos legislativos em cinco sessões realizadas durante a semana

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias regulares e duas extraordinárias realizadas. Nos cinco encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 74 deliberações foram realizadas.

As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pela Mesa Diretora da Casa. As sessões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 26 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 13 são iniciativas parlamentares, um originário do TJ-GO, um da Mesa Diretora da **Alego**, e 11 oriundos da Governadoria.

Projetos do Poder Executivo aprovados em definitivo

No rol dos projetos de lei assinados pelo governador e que seguiram para a sanção, está o de nº 8604/21 que trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da rede estadual de Educação. De acordo com a proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais. O valor estipulado deverá chegar a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

O Plenário aprovou durante a semana, também em segunda votação, uma medida que altera a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. De acordo com o texto do projeto de nº 8605/21 , a Lei nº 21.072, de 2021, criou a Bolsa Qualificação na Secretaria da Retomada (SER) para fomentar a qualificação da mão de obra das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que participarem de cursos profissionalizantes ofertados pelos Colégios Tecnológicos do Estado de **Goiás** (Cotecs).

Ocorre que a SER tem firmado parcerias com instituições privadas e do terceiro setor, que tenham no seu escopo de atuação, o oferecimento gratuito de qualificação e capacitação. Desse modo, as oportunidades ofertadas às pessoas em situação de vulnerabilidade não se limitam aos cursos promovidos pelos Cotecs. Por isso, a proposta busca estender o benefício àqueles que estejam matriculados em cursos oferecidos por entidades parceiras da SER.

Em votação única, também recebeu aval dos parlamentares o projeto de nº 8608/21 . A matéria trata de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações com medicamentos destinados ao tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Também em votação única, foi votado o projeto de nº 7578/21 , do Poder Executivo, que indica os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho como potenciais titular e suplente, do Conselho Estadual de Educação. Ambos deverão compor o colegiado para mandato de quatro anos, a partir da data da posse, representando a Secretaria de Estado da Educação. Segundo o projeto, os indicados possuem experiência na educação básica do magistério público estadual.

Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram também no decorrer da semana, em definitivo, o projeto de lei nº 8564/21 , oriundo do TJ-GO, que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, a Lei Estadual nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, a Lei Estadual nº 20.033, de 6 de abril de 2018, e a Lei Estadual n° 20.971, de 10 de março de 2021.

Na matéria, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, frisa que o projeto foi idealizado visando resolver a nomenclatura do cargo de

assistente administrativo de juiz de 1° grau - DAE-3, pois, na realidade, o ocupante daquele cargo é um assistente de juiz que minuta despachos, decisões e sentenças, nada tendo mais de exercício de funções administrativas, passando a ter a denominação de assessor de juiz de Direito. O atual cargo de assistente de juiz de Direito - DAE-5, por sua vez, passa a ter a nomenclatura de assessor de juiz II.

Regimento Interno da **Alego**

Em definitivo, destaque para a aprovação do projeto de resolução nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

Atualmente, esse formato já é utilizado pelo Parlamento goiano devido à pandemia do novo coronavírus, e o projeto agora abre prerrogativa para que, após a pandemia, as sessões possam ser convocadas seguindo o modelo híbrido, quando necessário.

Demais matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 4571/19 - Amauri Ribeiro (Patriota) - Torna obrigatória a inclusão do leite no cardápio da alimentação escolar da rede estadual de Educação de **Goiás**.

Processo nº 5916/21 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Regularização Fundiária Urbana.

Processo nº 4493/21 - Francisco Oliveira (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Família de Morrinhos (ICF).

Processo nº 6062/21 - Coronel Adailton (Progressistas) e outros - Concede Título de Cidadania Goiana ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Processo nº 2967/20 - Helio de Sousa (PSDB) - Declara de utilidade pública a Associação Paroquial Nossa Senhora da Penha, de Jaraguá.

Processo nº 7270/21 - Governadoria - Representação do estado de **Goiás** no Plano **Goiás** Seguro.

Processo nº 8280/21 - Governadoria - Alinha os critérios de atualização das multas administrativas da autarquia e uniformiza as regras de recebimento dos créditos da Fazenda Pública conforme o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO).

Processo nº 4490/21 - Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Cria auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

Processo nº 4632/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Institui o dia 18 de junho como Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Processo nº 8607/21 - Governadoria - Altera nomenclatura de Gerência pertencente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

Processo nº 5702/19 - Amilton Filho (Solidariedade) - Cria, em **Goiás**, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Processo nº 5123/19 - Wilde Cambão (PSD) - Torna obrigatória a apresentação de um plano de uso da água em **Goiás**.

Processo nº 7779/21 - Lissauer Vieira (PSB) - Altera a Lei n° 16.671/2009, que versa sobre a concessão de incentivo fiscal destinado à implantação ou ampliação de empreendimento industrial de veículo automotor em **Goiás**.

Processo nº 5466/21 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Atlética Neurologia Ativa, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 6495/21 - Tião Caroço (DEM) - Altera a Lei n. 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que versa sobre a pesca, agricultura e proteção da fauna aquática.

Processo nº 1017/19 - Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Apensados: nº 1001/20 (Tião Caroço - DEM), nº 6921/21 (Bruno Peixoto - MDB) e nº 7118/21 (Delegado Eduardo Prado - DC) - Institui a "Política de Divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas" visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e divulgar a Lei Federal nº 11.340/2006.

Processo nº 8118/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que versa sobre a adesão do estado de **Goiás** aos benefícios fiscais previstos na legislação do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

Processo nº 8734/21 - Governadoria - Convalida e revigora fundos rotativos no âmbito da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Processo nº 8736/21 - Governadoria - Autoriza o chefe do Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa, o imóvel que especifica ao Centro de Cidadania Negra do Estado de **Goiás** (Ceneg-**Goiás**).

Processo nº 8839/21 - Governadoria - Assegura aposentadoria integral aos policiais civis do estado por meio de alteração no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de **Goiás**.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 26 de iniciativa parlamentar, um assinado pelo governador Ronaldo Caiado e um oriundo do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um pedido de licença parlamentar, um projeto de lei complementar e um veto integral assinados pelo governador, um relatório e dois comunicados gerais, totalizando 34 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a última sessão deliberativa do mês de novembro na terça-feira, 30. Na Ordem do Dia constam 85 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), e do TCM-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação, e 21 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e, em definitivo, um projeto de lei encaminhado pelo TCM-GO.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 30, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/parlamentares-deliberaram-74-processos-legislativos-em-cinco-sessoes-realizadas-durante-a-semana/

Governo Caiado assina acordo para pagar aos municípios dívidas das gestões do PSDB

As Secretarias de Economia e da Saúde assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) pra formalizar o pagamento de R$ 133,68 milhões aos municípios goianos, é o que divulgou a coluna Giro do jornal O Popular.

Estes valores correspondem a todos os repasses que deveriam ter sido realizados para a saúde pela Gestão anterior do PSDB. O documento prevê o pagamento em doze parcelas de R$11,5 milhões e conta com a anuência com a Federação Goiana dos Municípios (FGFM) e Agência Goiana dos Municípios (AGM).

Site:
http://www.podergoias.com.br/materia/7227/governo-caiado-assina-acordo-para-pagar-aos-municipios-dividas-das-gestoes-do-psdb

Coluna Giro - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

Nova transferência de renda tem foco na Classe C e Região Metropolitana

O programa de auxílio-moradia Pra Ter Onde Morar, o terceiro baseado em transferência de renda proposto pelo governo estadual no segundo semestre de 2021, tem o objetivo de chegar a dois públicos na alcançados pelos anteriores e que se entrelaçam. Conforme o apurado pela coluna, a expectativa palaciana é a de fazer os R$ 350 mensais chegarem a integrantes da Classe C, principalmente a parcela se encontra cada vez mais endividada em um cenário de crise econômica, e a moradores da Região Metropolitana de **Goiânia**, que naturalmente concentra a população endividada e com dificuldade de pagar aluguel ou prestação de casa própria. Trata-se também de um dos principais focos da atuação política governista nas últimas semanas, em uma tentativa de neutralizar a influência do prefeito de Aparecida, Gustavo Mendanha (sem partido), pré-candidato a governador.

No papel

As secretarias de Economia e da Saúde assinaram Termo de Ajustamento de Gestão com o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) para formalizar o pagamento de R$ 138,68 milhões aos municípios. Trata-se de repasses da saúde não realizados pela gestão anterior.

Em 12 vezes

O TAG contou com a anuência das entidades que representam os municípios em **Goiás** (AGM e FGM). O documento prevê o pagamento de 12 parcelas de R$ 11,5 milhões.

Malas prontas

Do deputado federal Célio Silveira, durante evento em Cristalina, nesta quinta (25), a lado de Daniel Vilela (MDB): "Quando me perguntam qual partido que tá mais encaminhado pra mim ir é o MDB."

Motivação

Mais de Célio Silveira: "Por que o MDB? Por um motivo: pela amizade e o companheirismo do ex-deputado Daniel Vilela."

Resolvido

Após emenda de 2014, a Lei Orgânica de **Goiânia** passou a permitir a mudança do nome de logradouros públicos que fazem alusão a personalidades vinculadas à ditadura militar brasileira, ao fascismo e ao nazismo. Romário Policarpo garantiu a Antônio Pinheiro Sales o apoio dos vereadores ao projeto que transforma a Avenida Castelo Branco em Avenida Iris Rezende.

Uma certeza

O senador Luiz Carlos do Carmo, que é pré-candidato à reeleição e está de saída do MDB, tem apostado na associação de seu nome ao de Jair Bolsonaro e até produziu material impresso com esse objetivo. Ele diz que não abre mão de apoiar o presidente, independentemente da chapa pela qual disputará as eleições de 2022.

Podcast

O episódio desta semana do Giro 360 avalia as perspectivas da esquerda (e do PT) para as eleições em **Goiás**, um estado reconhecido pelo conservadorismo de seu eleitorado.

Desespero

Site: https://opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/nova-transfer%C3%AAncia-de-renda-tem-foco-na-classe-c-e-regi%C3%A3o-metropolitana-1.2361151